

Diário do Legislativo de 24/10/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB-PPS-PSB-PTB-PSC-PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Deputado Ademir Lucas (PSDB), Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputado Célio Moreira (PSDB) e Deputado Neider Moreira (PPS)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Jayro Lessa

Vice-Líder: Deputada Maria Lúcia Mendonça

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Deputado Gilberto Abramo

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputada Elisa Costa

Vice-Líder: Deputado Almir Paraca

LIDERANÇA DO PV:

Líder: Deputado Agostinho Patrús Filho

Vice-Líder: Deputado Rômulo Veneroso

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Deputado Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputado Gil Pereira (PP) e Deputado Paulo Cesar (PDT)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio (PSDB)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min.

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro DEM Presidente
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente
Lucas

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente
Magalhães

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Padre PT
João

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente
Abramo

Deputado BSD
Sebastião Costa

Deputado Delvito DEM
Alves

Deputado Neider PP
Moreira

Deputado Hely PV
Tarquínio

Deputado PDT
Sargento
Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo DEM
Valadares

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Délio PV
Malheiros

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BSD Presidente
Brandão

Deputado Dimas PP Vice-Presidente
Fabiano

Deputado Antônio BSD
Genaro

Deputada Maria DEM
Lúcia Mendonça

Deputada Rosângela PV
Reis

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Hely Tarquínio PV

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio PV Presidente

Malheiros

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente
Tadeu Leite

Deputado João BSD
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton Prado PT

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio Carlos BSD

Arantes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró BSD Presidente
Marra

Deputada Maria DEM Vice-Presidente
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Vanderley PP
Jangrossi

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander BSD
Borges

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa PT
Costa

Deputado Agostinho PV
Patrús Filho

Deputado PDT
Sebastião
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado André Quintão PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente
Avelar

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Gustavo DEM
Valadares

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Padre PT Vice-Presidente
João

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Lafayette de Andrada BSD Presidente

Deputado Agostinho Patrús Filho PV Vice-Presidente

Deputada Gláucia Brandão BSD

Deputado Gilberto Abramo PMDB

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BSD

Deputado Veneroso Rômulo PV

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi BSD Presidente

Deputado Tarquínio Hely PV Vice-Presidente

Deputado Muniz Ruy DEM

Deputado Pimenta Carlos PDT

Deputado Rinaldo Doutor BSD

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela PV
Reis

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT Presidente
Sargento Rodrigues

Deputado Paulo PDT Vice-Presidente
Cesar

Deputado Délio PV
Malheiros

Deputado Luiz PMDB
Tadeu Leite

Deputado DEM
Leonardo Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Jayro Lessa DEM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada PV Presidente
Rosângela Reis

Deputada Elisa PT Vice-Presidente
Costa

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Djalma BSD
Diniz

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Chico Uejo BSD

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente
Braz

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Almir Paraca PT

OUIDORIA PARLAMENTAR

OUIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - MATÉRIA VOTADA

2.1 - Plenário

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 28ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Segurança Pública NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 17/10/2007

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Paulo Cesar e Luiz Tadeu Leite, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Domingos Sávio, Weliton Prado e Eros Biondini. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é

subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a aplicabilidade da Lei Estadual nº 16.301, de 7/8/2006, que disciplina a criação dos cães de raças que especifica e dá outras providências. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Ten.-Cel. PM Robson Alves Campos Ferreira, Chefe da Seção de Planejamento de Operações da PMMG, representando o Cel. PM Hélio dos Santos Júnior, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado; Ten.-Cel. João Batista de Sousa, Chefe da 2ª Seção do Estado Maior do Corpo de Bombeiros, representando José Honorato Ameno, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; Sras. Patrícia Prata Maluf, médica-veterinária e membro do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais, representando Fernando Cruz Laender, Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais; Jaqueline de Oliveira Ferraz, Delegada da Superintendência-Geral de Polícia, representando Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais; e Maria do Carmo de Araújo Ramos, Gerente do Centro de Controle de Zoonoses da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Eros Biondini, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 2007.

Sargento Rodrigues, Presidente - Délio Malheiros.

ATA DA 29ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 18/10/2007

Às 9h12min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo e Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrivam. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, a suposta ocorrência de invasões policiais ilícitas, conforme estudos apresentados pelo Ouvidor da Polícia do Estado. O Presidente dá ciência aos Deputados do relatório da visita à 16ª Delegacia Distrital da Pampulha, realizada pela Comissão em 3/10/2007. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Paulo Vaz Alkmim, Ouvidor da Polícia; Fernando Antônio Nogueira Galvão, Juiz do Tribunal de Justiça Militar, e Rodrigo Filgueira de Oliveira, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Direitos Humanos - CAO-DH -, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Após, registra a presença do Deputado Ademir Lucas, substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BSD. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado, o Requerimento nº 1.289/2007. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.486/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (3), em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social, à Defensoria Pública e à Subsecretaria de Administração Prisional o relatório da visita realizada pela Comissão à 16ª Delegacia Distrital da Pampulha; seja solicitada à Superintendência Regional da Polícia Federal a apuração de denúncia formulada pelo Sr. Fernando Machado Furtado; e sejam realizadas visitas à Corregedoria-Geral da Secretaria de Defesa Social, para tratar de assuntos de interesse da Comissão, e à Superintendência Regional da Polícia Federal, para entrega de dossiê sobre a atuação de vigilantes armados; e Padre João, em que solicita sejam ouvidos os jovens William Prada Silvério, Jocy Mesquita Rocha Silva e Elis Furlam, a respeito de violência que contra eles teria sido praticada por policiais de Mariana. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2007.

Durval Ângelo, Presidente.

matéria votada

Matéria Votada na 101ª REUNIÃO ORDINÁRIA da 1ª sessão legislativa ORDINÁRIA da 16ª legislatura, EM 23/10/2007

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em redação final: Projetos de Lei nºs 122/2007, do Deputado Ivair Nogueira, 370/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 709/2007, do Deputado Padre João, 1.111/2007, do Deputado Tiago Ulisses, 1.129/2007, do Deputado Doutor Viana, e 1.357/2007, do Deputado Mauri Torres.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 102ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, EM 24/10/2007

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.116/2007, da Deputada Ana Maria Resende, que estabelece normas para o uso alternativo do solo da mata seca. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.446/2007, do Governador do Estado, que revoga o art. 22 da Lei nº 14.699, de 6/8/2003. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros, que altera o "caput" do art. 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.530/2007, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$610.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça Militar. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.555/2007, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar no valor R\$49.986.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Assembléia Legislativa. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.630/2007, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de reciclagem, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 868/2007, do Deputado Sebastião Costa, que dá a denominação de Aeroporto Regional de Manhuaçu Elias Breder ao Aeroporto Regional de Santo Amaro de Minas. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Transporte opinou pela rejeição do projeto. Incluído em ordem do dia para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 351/2007, do Deputado Doutor Viana, que dispõe sobre a obrigatoriedade da contratação de seguro por parte dos estacionamentos no âmbito do Estado. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 426/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a instalação de sistema sensor e válvulas de bloqueio de gás e dá outras providências. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 708/2007, do Deputado Padre João, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo às Culturas da Floricultura e Horticultura e dá outras providências. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 301/2007, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre incentivo à adoção de política de controle ambiental. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Meio Ambiente.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 772/2007, do Deputado Irani Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dom Silvério o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 788/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tupaciguara o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.237/2007, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pirapora o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 27ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 24/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a necessidade de existência de aparelho desfibrilador cardíaco e sua eficácia em locais de grande aglomeração, para subsidiar a discussão do Projeto de Lei nº 601/2007.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 28ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 24/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei Complementar nº 29/2007, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.124/2007, do Deputado Délio Malheiros.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.287/2007, do Deputado André Quintão; 1.295/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 1.303/2007, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 29ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 24/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.569/2007, do Deputado Wander Borges.

Requerimento nº 1.280/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Finalidade: obter esclarecimentos sobre denúncias de corrupção envolvendo policiais militares veiculadas no jornal "Eh. Notícia" e sobre a divulgação de documento interno da PMMG contendo o nome de policiais da 204ª Companhia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 28ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 24/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: conhecer as propostas apresentadas na reunião da Câmara da Indústria Mineral da Fiemg para solucionar os problemas causados pelo transporte de minério de ferro na BR-040, no trecho entre o Belvedere e Conselheiro Lafaiete.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 28ª reunião ordinária da comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 24/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 72/2007, do Deputado Gilberto Abramo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.534/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 1.535/2007, do Deputado Dimas Fabiano.

Requerimentos nºs 1.297 e 1.298/2007, do Deputado Weliton Prado; 1.304 a 1.310/2007, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 32ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10h30min do dia 24/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.082/2007, do Deputado Gustavo Corrêa; 1.154/2007, do Deputado Paulo Cesar; 1.236/2007, do Deputado Gil Pereira; 1.571/2007, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 14/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 616/2007, do Deputado Weliton Prado; 730/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 1.585, 1.599, 1.600 e 1.603/2007, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.290/2007, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; 1.300 e 1.301/2007, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 24/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.343/2007, do Deputado Chico Uejo; 1.344/2007, do Deputado Doutor Viana; 1.351/2007, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 24/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 24ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 24/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.536/2007, do Deputado Paulo Guedes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.545/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes.

Requerimentos nºs 1.302 e 1.312/2007, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 25ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 16 horas do dia 24/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 1.288/2007, do Deputado Ronaldo Magalhães.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 24/10/2007, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros, que altera o "caput" do art. 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado; do Projeto de Resolução nº 1.630/2007, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de reciclagem, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75; e dos Projetos de Lei nºs 301/2007, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre incentivo à adoção de política de controle ambiental; 351/2007, do Deputado Doutor Viana, que dispõe sobre a obrigatoriedade da contratação de seguro por parte dos estacionamentos no âmbito do Estado; 426/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a instalação de sistema sensor e válvulas de bloqueio de gás e dá outras providências; 708/2007, do Deputado Padre João, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo às Culturas da Floricultura e Horticultura e dá outras providências; 772/2007, do Deputado Irani Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dom Silvério o imóvel que especifica; 788/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tupaciguara o imóvel que especifica; 868/2007, do Deputado Sebastião Costa, que dá a denominação de Aeroporto Regional de Manhuaçu Elias Breder ao Aeroporto Regional de Santo Amaro de Minas; 1.116/2007, da Deputada Ana Maria Resende, que estabelece normas para o uso alternativo do solo da mata seca; 1.237/2007, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pirapora o imóvel que especifica; 1.446/2007, do Governador do Estado, que revoga o art. 22 da Lei nº 14.699, de 6/8/2003; 1.530/2007, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$610.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça Militar; e 1.555/2007, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar no valor R\$ 49.986.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Assembléia Legislativa; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 23 de outubro de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 22/2007

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sebastião Costa, Durval Ângelo, Fahim Sawan e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/10/2007, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o Parecer para o 2º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 22/2007, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2007.

Agostinho Patrús Filho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 17.882

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Elmiro Nascimento, Inácio Franco, Ivair Nogueira e João Leite, membros da supracitada

Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/10/2007, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2007.

Ronaldo Magalhães, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Tadeu Leite, João Leite, Ruy Muniz e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/10/2007, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se votar, em turno único, o Requerimento nº 1.347/2007, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, de se debaterem, em audiência pública, os problemas enfrentados pela comunidade do Bairro Jardim Colonial, no Município de Ribeirão das Neves, com a presença de convidados, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2007.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2007

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Rosângela Reis e Ana Maria Resende e os Deputados Domingos Sávio e Paulo Cesar, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/10/2007, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2007, dos Deputados Weliton Prado, Carlos Pimenta, Ronaldo Magalhães e outros, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2007.

Maria Lúcia Mendonça, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

99ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 17/10/2007

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna nesta tarde para prestar homenagem aos médicos, em razão do Dia dos Médicos, que se comemora no dia 18 de outubro.

Antes, porém, gostaríamos de fazer referência, já que estamos falando sobre os médicos, ao primeiro médico que o mundo conheceu, do ponto de vista da categoria, que foi Hipócrates, nascido na ilha de Cós, na Grécia. Ele passou a ser considerado o Pai da Medicina por ter fundado e criado a ciência médica.

Ao lembrarmos-nos de Hipócrates, pensamos que há toda uma descrição histórica de sua atuação. Sintetizando toda a medicina, ficou a palavra "ética", uma herança do Pai da Medicina.

A palavra "ética" tem sua semântica às vezes muito mal usada na política ou em outras ciências, no dia-a-dia, e pertence na sua origem ao Pai da Medicina, que foi Hipócrates. O significado de ética está condizente, conjugado com o conceito de médico. Médico é aquele que diagnostica e conduz o tratamento do paciente; é aquele que trata da saúde do outro ou que trata da doença. Quando se fala de saúde, trata-se da prevenção, mas, quando se trata da doença, já é um pouco tardio. Quando se fala de cuidado, a palavra "cuidado" está intimamente ligada à palavra ética. É essa palavra significa um princípio, não uma regra. Ética significa, sobretudo, cuidado com o outro, estendendo a sua semântica quando não é apenas para a doença, mas para a existência, para a vida em sociedade. A palavra "ética" tem o significado para o cuidado com uma pessoa, mas também tem um significado coletivo. Então é muito importante se falar de ética.

Ao se estudar bastante a ética, chegamos também aos princípios ensinados por Cristo, e aí se confunde com todas as religiões. Ética significa amor. A profissão médica está intimamente ligada à prática do amor, que envolve a prática da compreensão e da existência do ser humano, que vem coincidir com a palavra saúde.

A saúde é um estado de bem-estar físico, mental e social. Quando se fala em social, temos de tratar do núcleo e da unidade do social, a família; e, quando se fala de família, fala-se de afetividade. Esta talvez seja a faculdade mental que mais sofre influxos ou transtornos nas doenças, porque as psicoses atingem principalmente a afetividade, que está ligada, sobretudo, ao princípio "amai-vos uns aos outros", no qual se sintetiza o amor.

Vocês estão percebendo como é profunda a medicina. Ela trata o ser humano em suas diversas dimensões: física, mental e social. E vai mais longe, meu caro Deputado João Leite, quando se fala na transcendência. A medicina traz também um bem-estar para aquele que pode transcender. Quando se fala de transcendência, fala-se de cristianismo, fala-se na transmutação do espírito ou da alma. E fala-se também da cultura.

Há essas cinco vertentes no conceito de saúde, onde o profissional da saúde que queremos homenagear aqui, nesta tarde, é o médico. Este que deve ter o cuidado integrado, multidimensional com o ser humano numa sociedade que, por intermédio de Hipócrates, há 370 anos antes de Cristo, atravessou o tempo e permaneceu com o seu conceito de ética, buscando sobretudo o amor, o conforto, a prevenção e a cura das doenças em um mundo, hoje, organizado dentro do espírito democrático; em uma sociedade organizada, ele se coloca também como

responsável. Então gostaríamos de prestar uma homenagem a esses heróis conhecidos, e às vezes anônimos, que prestam o seu serviço de forma denodada, atendendo à vocação, ao chamamento, com responsabilidade, porque a vida do médico é para ele também uma vida pessoal, para a sua família, mas também uma vida coletiva, onde ele ocupa um lugar de destaque. Mas nem sempre ele tem condições de trabalhar adequadamente, pois lhe faltam condições adequadas de trabalho.

Voltaremos a abordar essa falta de condições durante nossa fala.

Homenageamos aqui todos os médicos de Minas Gerais por sua resistência, seu denodo, sua vocação. Fica nossa homenagem à Associação Médica de Minas Gerais, ao Conselho Regional de Medicina, ao Sindicato dos Médicos, ao Conselho Federal de Medicina e a todo o segmento médico. Gostaria de relatar as dificuldades que encontramos para trabalhar.

Muitas vezes nossa seguridade social, fraca e vulnerável, traz conseqüências desastrosas para a medicina. Foram assassinados três médicos no Estado de Minas Gerais, sendo dois peritos. A previdência não tem um funcionamento adequado, e o médico passa a ser o pára-choque do sistema de saúde, no que tange às perícias. O sistema é fragilizado, nunca tem dinheiro para bancar os benefícios do povo. E isso ocorre em todos os governos. Em que pese o esforço do Governador Aécio Neves para melhorar a saúde no Estado de Minas Gerais, ela ainda é muito débil, fraca. As verbas destinadas ao setor, principalmente pelo governo federal, são muito escassas.

Todos têm conhecimento da Emenda nº 29, que obriga o Estado a aplicar 12% na saúde, e o Município, 15%. Mas todos os Municípios estão gastando mais de 15%, porque os Prefeitos sentem o problema na carne diuturnamente. O governo federal tem faltado continuamente. E o do Lula tem sido pior, porque negocia no momento uma falsa moeda de troca na hora de aprovar a CPMF no Congresso e no Senado. Os jornais de hoje mostram que apenas 29 Senadores votam com o governo. Quanto ao restante, haverá negociação num balcão de negócios, que transformou não apenas a Câmara dos Deputados, como também o Senado. Isso é muito triste, porque a CPMF foi criada por Adib Jatene, que peregrinou de ministério em ministério, com pires na mão, e conseguiu aprovar essa contribuição, que hoje é moeda de troca do governo federal - cerca de R\$40.000.000.000,00, valor que não é destinado à saúde.

Fizemos um levantamento e verificamos que foram gastos com o setor somente 16% do total arrecadado. E a emenda estabelece o crescimento do PIB do ano anterior em relação a 73%, que é obrigação do governo federal. Tudo foi centralizado, como a tributação de impostos. O governo gerencia tudo, ele é o Zaqueu, da Bíblia, viu João Leite? Aquele Zaqueu que cobrava imposto, mas, um dia, Deus apareceu e inspirou-lhe a perceber o pecado mortal que estava cometendo. E assim tem sido com o Lula. Quem sabe ele se convença e perceba que tem de gastar mais com a saúde?

Portanto gostaria de falar das dificuldades enfrentadas pela classe médica para atuar. Ela é mal remunerada em todos os Estados, sem exceção. Que me perdoem os servidores militares, porque seu trabalho é de segurança, vida e saúde, mas o do médico também. O salário líquido inicial de um médico, que é o alicerce, o pilar do sistema, é menor que R\$1.000,00.

Para piorar, o sistema de saúde é um modelo fraco, totalmente vulnerável e sem consistência, apesar de ter melhorado com a atuação dos Deputados desta Casa junto ao Governador.

A Comissão de Saúde desta Casa tem buscado, cada vez mais, recursos e tentado fazer acordo com o governo. O Secretário de Saúde também tem envidado esforços e desenhado todo um cenário de atendimento para Minas Gerais.

Entusiasmamo-nos com a fala, mas, quando fazemos o diagnóstico "in loco", é o contraditório que fala mais alto. A expectativa de vida da sociedade brasileira está aumentando, mas também pudera, porque já faz quantos anos que as mudanças tecnológicas de última geração estão acontecendo? Estou-me referindo à justiça social, com igualdade de oportunidades. O SUS é o inferno de Dante, da maneira como está, ou melhor, da maneira como anda o tamanho de sua fila.

O Deputado João Leite (em aparte) - Não quero tomar o seu tempo, mas não poderia deixar de saudá-lo nessa tribuna, que está marcada pela sua presença e contribuições permanentes para com o Estado de Minas Gerais. Suas reflexões são sempre tão importantes para o nosso Estado, como essa que V. Exa. nos traz nesta tarde, com todo o seu conhecimento e com a sua folha de serviços prestados ao povo de Minas Gerais, como Deputado e como médico amigo do povo de Minas Gerais que é.

Em sua pessoa, meu amigo Hely Tarquínio, gostaria de saudar todos os médicos, que, como V. Exa., têm compromisso para com essa população. O seu trabalho é um trabalho missionário, que todos nós admiramos e que a população de Minas Gerais reconhece, trazendo-o tantas vezes a esta Casa para representá-la. Nada é capaz de impedir o seu atendimento permanente a essa população. Parabéns a todos os médicos, na figura do Dr. Hely, um médico tão amado e querido.

O Deputado Hely Tarquínio - Muito obrigado, grande Deputado João Leite. Concedo aparte ao Deputado Getúlio Neiva, nosso companheiro do Norte.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Apenas para cumprimentá-lo, Deputado Hely Tarquínio, nosso Deputado tão simpático, agradável e vibrante nesta Casa, e corroborar o depoimento de V. Exa.

Temos avaliado algo interessante, pois, à guisa de socializar a medicina, socializou-se o médico, nivelando-o por baixo e tratando-o como um reles servidor, que tem de, obrigatoriamente, prestar serviços após seis anos de estudos e mais dois de residência. O médico é o profissional que mais estuda e se prepara, uma vez que, de tempos em tempos, ele tem de fazer uma reciclagem, já que a modernidade, a cada dia, apresenta novidades para o ramo médico. Para cuidar bem da vida humana é preciso que ele estude sempre, permanentemente.

Gostaria de cumprimentá-lo pela lembrança de hoje e dizer que V. Exa. nos honra não só como médico, mas também como companheiro.

O Deputado Hely Tarquínio - Muito obrigado. Continuando, gostaria de dizer que o modelo do SUS está sendo imitado por quem promove a saúde suplementar, que são os convênios. Existe uma agência de saúde suplementar que está copiando o modelo do SUS, para que o médico possa trabalhar, mas trabalhar em péssimas condições, porque as tabelas dos convênios hoje estão muito distantes da qualidade dos serviços prestados, ou seja, do conteúdo do serviço que o médico presta ao sistema. Cada vez mais é deprimente a proposta de pagamento ao médico, visto que um médico cirurgião, pelo SUS, ganha R\$60,00 para operar uma vesícula e R\$30,00 para operar um apêndice depois de ter sido feito o diagnóstico, que tem de ser bem feito.

Desejamos para o paciente o mesmo que desejaríamos para nossa mãe. Esse é o paradigma, é o exemplo que devemos comparar. Como o médico vai trabalhar dessa forma, exaustivamente?

A Agência Nacional de Saúde Suplementar está imitando o SUS e está prestigiando sempre o capital e o empresário. E ficamos aqui, da tribuna,

preocupados com a justiça social, isto é, oportunidades iguais para todos. Quando qualquer médico trata do paciente, deseja o melhor para ele. Sou cirurgião, mas gostaria de não operar ninguém. Mas sabemos que é compulsório, as imperfeições fazem parte da vida, da finitude do ser humano. E, quando os transtornos no corpo aparecem, devemos fazer as correções. O diagnóstico que fazemos é santo, para curar, e não para ganhar dinheiro.

Reafirmo, mais uma vez, do fundo da alma, minha homenagem a todos os médicos de Minas Gerais e aos colegas Deputados que, por sua atividade médica e sua atuação no contexto social, chegaram a esta Casa. Chegaram aqui dez médicos, fazendo mais de 10% de presença nesta Casa. A eles a nossa homenagem, e a toda classe médica e a todos os que fizeram a história da medicina - Hipócrates, Galeno, anatomistas como Leonardo da Vinci, que contribuiu com seus desenhos e pinturas, e André Vesalius. No tempo do Império Romano não era permitido dissecar cadáveres, mas podiam colocar um leão na arena para comer gente. André Vesalius retirava cadáveres dos sepulcros e os dissecava, fazendo o primeiro livro de anatomia humana. Galeno foi médico antes dele, tinha verdade, mas dissecava símios. Ele foi o primeiro a descrever inflamação, que até hoje é caracterizada pelos quatro sinais cardeais - e dá para fazer poesia: rubor, calor, tumor e dor. Nossa homenagem a Galeno e André Vesalius, esse belga que se especializou em Roma. Quando o aluno de anatomia leu a descrição da anatomia da "bacia" no seu livro, disse ao professor: "Galeno não errou, a anatomia é que mudou". Então, o problema era aquele do leão na arena, onde Galeno pegava os cadáveres despedaçados nos túmulos e fazia a descrição da anatomia verdadeira do ser humano.

Assim foi a evolução da medicina. Assim foi com Pasteur, pois hoje todos tomam leite pasteurizado; assim foi com Jenner, que inventou a vacina em um primeiro momento; assim foi com muitos outros. A todos eles, representados por nós, em Minas Gerais, nossa grande homenagem e nosso grande reconhecimento.

Vamos lutar todos juntos para que o governo enxergue melhor a profissão médica e melhore a saúde do povo. Se não melhorar a situação do médico, dificilmente a saúde do povo poderá melhorar. Muito obrigado.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, caros telespectadores da TV Assembléia. Gostaria de iniciar meu pronunciamento recuperando parte do discurso do nobre Deputado Hely Tarquínio. Ele inicia falando da ética e explorando a etimologia da palavra, trazendo-nos informações e considerações preciosas.

Gostaria de falar de uma abordagem da ética que vem ganhando corpo no mundo atual, que faz divisa com diversas áreas do conhecimento e que também tem relação direta com a etimologia da palavra.

Como sabemos, a palavra "ética" deriva diretamente de uma palavra grega, "ethos", que quer dizer "a morada humana", aquele espaço que usamos individualmente para construir as nossas relações mais íntimas e diretas, as relações que sustentam a nossa vida; aquele espaço de conforto e segurança que intimamente está relacionado com a nossa casa.

Mas hoje a ética vem ganhando uma amplitude que faz com que nossa morada não seja exclusivamente a nossa casa, o nosso bairro, a nossa cidade, o nosso Estado ou mesmo o nosso país, remetendo-nos a uma visão da morada humana como sendo o nosso planeta e fazendo-nos pensar no planeta com sua diversidade, com sua intrincada biodiversidade e todas as relações que sustentam a possibilidade da vida. Isso nos traz a necessidade de incluir em nossa reflexão, para lidar com as questões cotidianas e práticas que invariavelmente ocupam-nos no Parlamento, essa visão maior e mais ampla de uma ética que nos remete, nas questões econômicas, para a sustentabilidade; nas questões psicológicas e psíquicas, para a necessidade de recuperarmos a integridade da alma humana e do seu comportamento, atitudes e posicionamentos no dia-a-dia; e, nas questões da espiritualidade, para uma espiritualidade fecunda. É isso o que se percebe nessas visões amplas, que percebem o planeta Terra como um todo, como a morada humana, que reclama cuidado e atenção e está como que pedindo socorro para que consigamos equacionar e relacionar as dimensões global e local.

Essa ética do cuidado, Deputado Hely Tarquínio, certamente tem a ver com a saúde. Assim, quero dizer que também precisamos ampliar a nossa visão de saúde em nossa sociedade e nas nossas comunidades, com a saúde preventiva. Sabemos que o sistema de saúde cuida muito mais da doença do que da saúde - e isso não é um problema do governo federal, dos governos estaduais ou dos governos municipais; o conceito do sistema de saúde é que precisa ser repensado e reelaborado.

Voltando do global, do planetário, para as questões locais, queria remeter-me neste instante à minha querida cidade natal, Paracatu, que no próximo dia 20 completará 209 anos. Há uma controvérsia quanto à idade efetiva da nossa querida cidade de Paracatu: a idade de 209 anos é considerada a partir da implantação da antiga Câmara Municipal de Paracatu, mas a ocupação e o povoamento de Paracatu deram-se efetivamente muito antes disso. Tanto é que a nossa cidade tem ainda um patrimônio histórico considerável, que faz com que ganhe um ar de cidade histórica mineira, com um barroco muito singelo, é verdade, mas presente no interior de Minas Gerais, nessas cidades que, como Paracatu, participaram do Ciclo do Ouro.

Mas, nos 209 anos de Paracatu, gostaríamos de fazer referência ao belo trabalho desenvolvido pelo nosso Prefeito Municipal, o Vasquinho.

Vasco Praça Filho é um Prefeito jovem, dinâmico e competente e vem trabalhando muito não só para resgatar a auto-estima do povo de Paracatu, mas também para que os valores maiores - cooperação, amizade e acolhimento - da nossa comunidade possam fazer com que o desenvolvimento seja impulsionado por esse ar de fraternidade e cooperação que marca o povo e a cidade de Paracatu.

Gostaria também de fazer menção a um contexto que hoje está muito presente em Paracatu: a recuperação da cidade como centro de excelência em educação e cultura. Paracatu foi conhecida, no tempo do Ciclo do Ouro - e essa menção ainda está muito presente na historiografia mineira - como a Atenas mineira, em razão da presença de educandários de grande relevância em Minas Gerais.

Paracatu hoje novamente se insere, com muito vigor, no campo das artes, da educação e da cultura. Portanto, gostaria de mencionar as faculdades ali instaladas: a Atenas, as Faculdades Integradas do Noroeste de Minas - Finom -, que estão caminhando decididamente para transformar-se em centro universitário já no ano que vem, apontando para a Universidade do Noroeste de Minas, e também a Faculdade Tecsona, com vários cursos já implantados.

E agora, todo esse esforço será coroado com a chegada do Cefet em Paracatu. A inauguração das instalações do Cefet em Paracatu está prevista para agosto do ano que vem, com a presença do Presidente Lula.

O Cefet se iniciará com dois cursos técnicos. Na próxima segunda-feira, dia 22, realizaremos uma audiência para, junto com a comunidade, refletir sobre a vocação da cidade e da região, com o objetivo de definir os dois cursos técnicos que inaugurarão o Cefet-Paracatu.

Discutiremos também com a comunidade uma decisão já construída junto ao Cefet-Uberaba, que implantará o Cefet-Paracatu, para que o curso superior, a ser inaugurado no ano que vem, seja o de Agronomia, um desejo antigo da comunidade de Paracatu e da região Noroeste. Esperamos um curso superior público, de qualidade, sintonizado com a vocação maior da nossa região, que é a agropecuária.

Portanto, trata-se de uma excelente notícia para a nossa região e para nossa cidade. O Cefet vem trazer, além dos cursos técnicos do Ensino Médio, os cursos superiores de tecnologia, que se iniciará pelo curso de Agronomia.

Gostaríamos de convidar toda a comunidade regional para participar dos eventos que estão no contexto dos 209 anos de Paracatu. Não citarei toda a programação, apenas a principal. No dia 16 de outubro, ontem, aconteceu no salão da Associação Comercial Industrial de Paracatu a entrega dos diplomas do Projeto Crescer, que foi desenvolvido pela Prefeitura e contou com ampla parceria do setor comercial e industrial de Paracatu. Esse projeto ofereceu cursos técnicos de formação de mão-de-obra para os setores da sociedade em que há vagas para mão-de-obra qualificada. Mais de 600 alunos foram diplomados em várias áreas; portanto, houve a oferta dessa mão-de-obra para as vagas existentes em diversos setores lá em Paracatu.

Hoje, às 19 horas, será inaugurado o Centro de Saúde da Mulher e da Criança, reivindicação antiga da cidade, um grande esforço do nosso Prefeito e de toda a administração de Paracatu. Amanhã, às 18h30min, será a inauguração das obras de asfaltamento no Bairro Prado, e, às 20 horas, teremos a apresentação e lançamento do Projeto de Educação Patrimonial, um trabalho reivindicado para ajudar efetivamente a preservar o patrimônio histórico de Paracatu. No dia 19, às 20 horas, na Casa da Cultura, faremos a entrega da Comenda Afonso Arinos ao Ministro do STF, filho de Paracatu, eminente Joaquim Barbosa, que ganhou projeção nacional nos últimos dias, pois foi o principal responsável pela condução do inquérito do "mensalão". No dia 19, às 20 horas, teremos a apresentação dos destaques do ano do jornal "Noroeste de Minas", na sede da maçonaria, à Rua da Abadia. No dia 20, aniversário da cidade, teremos um grande desfile cívico-escolar em comemoração dos 209 anos de Paracatu. No dia 25, será inaugurada a reforma da praça onde está a Matriz de Santo Antônio, um dos grandes monumentos da nossa cidade. No dia 26, compondo esse esforço de projeção cultural de Paracatu, será a inauguração do Espaço Cultural Maria de Melo Franco Macedo, com exposição da artista plástica Coraci Neiva, na Câmara Municipal de Paracatu.

Queremos saudar toda a comunidade de Paracatu, na pessoa do nosso querido Prefeito Vasquinho, por tudo que vem construindo para melhorar a qualidade de vida do povo de Paracatu.

Assim como haverá audiência pública no dia 22, para a escolha dos cursos técnicos dos ensinos médio e superior, no dia 23, às 14 horas, será realizada uma audiência pública similar em Arinos, Noroeste de Minas, na Câmara Municipal, à Rua Prof. Benevides, 76. Aproveitamos para convidar toda a comunidade do Vale do Rio Uruçuia para participar desse processo de seleção, escolha e orientação para a implantação do Cefet Arinos, que vem responder a um reclamo antigo da nossa região. Os Cefets de Arinos e de Paracatu vêm para oferecer mão-de-obra qualificada, imprescindível para promover o desenvolvimento sustentável da Bacia do Rio Paracatu, por meio do Cefet Paracatu, e da Bacia do Rio Uruçuia, por meio do Cefet Arinos.

Queremos, Sr. Presidente, agradecer, mais uma vez, a oportunidade de fazermos estas considerações, reforçando o convite a todos os interessados, os dos setores produtivos, os do setor educacional e os das organizações classistas dos Vales do Paracatu e do Uruçuia, para participar e nos ajudar a construir esta conquista memorável: a dos dois Cefets para a região Noroeste de Minas. Muito obrigado.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente em exercício, Deputado Doutor Viana, companheiro que tem conduzido tão bem a Assembléia Legislativa, queremos cumprimentar os Deputados e as Deputadas, a TV Assembléia, o público que nos acompanha e a comunidade de Minas Gerais. Aproveito a oportunidade para parabenizar o Deputado Almir Paraca por seu pronunciamento e pela vitória de se ter, em Paracatu e Arinos, já no próximo ano, dois centros federais de educação profissionalizante, dois Cefets. Quero dizer-lhe que, em 2009, teremos, em Governador Valadares, Almenara, Araçuaí, Pirapora e outros Municípios, os 12 Cefets que o governo Lula, por meio do Ministério da Educação, implantará em Minas Gerais, dando ênfase ao ensino profissionalizante e garantindo oportunidades para nossa juventude.

Hoje, gostaria de partilhar com nossas Deputadas, com a bancada feminina - Deputadas Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Gláucia Brandão, Maria Lúcia Mendonça e Rosângela Reis - e com as demais mulheres e homens de Minas Gerais a comemoração de um ano de vigência da Lei Maria da Penha, que veio para reverter uma triste realidade brasileira, que é o descaso com a violência doméstica.

Estamos aqui para convocar o governo estadual, a Assembléia Legislativa, o Judiciário, Prefeitos, Prefeitas, Vereadores, Vereadoras e a sociedade para juntos desenvolvermos ações para alterar esse quadro dramático que vivemos, pois o combate à violência contra as mulheres é uma responsabilidade de todos nós, de todas as sociedades e de todos os governos.

As pesquisas comprovam que, a cada 4 segundos, uma mulher é espancada no Brasil. Sem contar aquelas que sofrem em silêncio por medo e, muitas vezes, até vergonha de denunciar seu agressor ou mesmo o tipo de violência sofrida. Essa é uma questão de direitos humanos. E esse crime é o mais praticado e o menos punido no País.

Foram muitos anos de luta dos movimentos feministas e de mulheres para que o Estado brasileiro pudesse enxergar a violência doméstica e familiar contra a mulher. Era uma luta invisível, e as políticas públicas, muito tímidas para reverter esse quadro. Frases que escutamos até hoje, como "quem ama não mata", "em briga de marido e mulher, vamos meter a colher!" e "sua vida recomeça quando a violência termina", pautaram campanhas que trouxeram a público esse tema, fazendo com que ele deixasse de ser assunto para ser resolvido entre as quatro paredes do lar e se traduzisse em um debate para a sociedade, visando à implementação de políticas públicas no País.

A Lei Maria da Penha entrou em vigor em 22/9/2006 e tem estabelecido mudanças na tipificação dos crimes de violência contra a mulher, nos procedimentos judiciais e nos da autoridade policial. Ela leva o nome de Maria da Penha, Deputada Rosângela Reis, em homenagem a uma mulher que protagonizou um caso simbólico de violência doméstica e familiar. Em 1983, por duas vezes, seu companheiro tentou assassiná-la - na primeira vez, com arma de fogo e, na segunda, por eletrocussão e afogamento. As tentativas de homicídio resultaram em lesões irreversíveis, como paraplegia e outras seqüelas.

Maria da Penha transformou sua dor em luta, sua tragédia em solidariedade. À sua luta e à de tantas outras devemos os avanços que pudemos obter nestes últimos 20 anos. A Lei Maria da Penha excluiu a violência doméstica do âmbito da Lei dos Juizados Especiais, proibiu a pena de multa e entrega de cestas básicas e criou os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Ela altera o Código Penal e possibilita que agressores sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada quando ameaçarem a integridade física da mulher. Prevê, ainda, inéditas medidas de proteção para a mulher que corre risco de vida, como o afastamento do agressor do domicílio e a proibição de que se aproxime fisicamente da mulher agredida e dos filhos. Ela trouxe medidas de proteção, passando a tratar a violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral praticada no âmbito da família ou de qualquer relação íntima de afeto como violência doméstica.

Ao ocorrer a denúncia, a autoridade policial deve encaminhar à Justiça o pedido de providências formulado pela vítima em 48 horas. Basta o registro da ocorrência para a adoção de medidas de proteção.

As inovações da lei também estabelecem que a mulher deve ser acompanhada por advogado ou defensor, todos capacitados para garantir-lhe a segurança de que não desfruta, muitas vezes, até no próprio lar. Por isso é tão importante a nossa bancada feminina, o Juizado Especial de Violência Doméstica. É por isso que estamos lutando para que sua implantação aconteça em Belo Horizonte e em grande parte dos Municípios de Minas Gerais.

O problema da lei é que não foi fixado prazo para instalação desses juizados e houve deslocamento da competência dos juizados especiais para as varas criminais. Quando não existe o juizado, as vítimas de violência doméstica utilizam as varas de crimes comuns e podem sofrer com a demora na resolução do caso. Essa é uma alteração que precisamos fazer na legislação. Mas isso será superado se implantarmos nos Municípios os Juizados Especiais de Violência Doméstica.

É necessário conscientizar o Judiciário, principalmente os Judiciários Estaduais, quanto à importância da criação das varas de violência doméstica para que a Lei Maria da Penha seja cumprida em Minas Gerais. A ação da Justiça tem de ser rápida para separar vítima e agressor, pois, nesse caso, não é possível esperar o tempo que leva um processo nas varas comuns.

Em Minas, a bancada feminina, as entidades dos movimentos feminista e social, a Coordenadoria Estadual da Mulher, o Conselho Estadual de Mulheres e muitos outros vêm-se reunindo com o Tribunal de Justiça para sensibilizar, para que tenhamos os nossos juizados especiais.

Estivemos, com todas essas representações, reunidos com o Desembargador Orlando Adão de Carvalho para que possamos ter em Minas Gerais os nossos juizados especiais e assim avançarmos no combate à violência.

Mais uma vez, falo em nome de toda a bancada feminina, que, tenho certeza, soma-se a nós numa unidade para garantir essa luta.

A Deputada Rosângela Reis (em aparte)* - Deputada Elisa Costa, obrigada pelo aparte. Não posso ouvir a sua fala tão grandiosa em prol das mulheres, das políticas públicas das mulheres sem vir aqui pedir um aparte a V. Exa. Quero parabenizá-la por essa luta, que é, realmente, da bancada feminina da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Reunimo-nos no início do mandato e selamos um pacto para que pudéssemos avançar nas políticas públicas em prol das mulheres.

É de fundamental importância que realmente voltemos a esse assunto, que não pode ser lembrado apenas nos dias 8 de março e 25 de novembro, Dia Nacional da Não-Violência contra a Mulher. Temos que lembrar neste Parlamento, sempre, os problemas que as mulheres enfrentam em seus lares, a pressão, a coação psicológica, as brigas e os tapas. Não podemos deixar de manifestar-nos.

Em Uberlândia tivemos oportunidade de conhecer a Maria da Penha, uma mulher maravilhosa, e de aprofundar-nos na Lei Maria da Penha. Precisamos continuar buscando formas de dar continuidade à nossa luta pela instalação da vara especial de políticas públicas para a mulher não só em Belo Horizonte, mas também nos Municípios pólos e em seguida nos outros. Quem sabe, no próximo ano, possamos festejar o dia 8 de março com a instalação dessa vara especial em defesa das mulheres. Muito obrigada.

A Deputada Elisa Costa - Obrigada pelo aparte, Deputada Rosângela Reis. Queria também aqui destacar, Deputado Carlin Moura, a luta da nossa Deputada Federal Jô Moraes e de toda sua equipe ao longo de muitos anos. Uma das emendas apresentadas no ano passado ao projeto de organização judiciária foi da Deputada Federal Jô Moraes, que queremos destacar como uma pessoa sempre lembrada por nós, não só pelo carinho, por ser uma mulher guerreira, mas também pela causa que historicamente defendeu na Assembléia e na vida, em Minas Gerais e no Brasil, como Deputada Federal.

Queria ressaltar que, muito recentemente, a Ministra Nilcéia Freire, em artigo publicado na imprensa brasileira, fez um balanço da Lei Maria da Penha. Também o Presidente Lula, de uma maneira muito feliz, anunciou na Conferência Nacional das Políticas Públicas para as Mulheres um recurso da ordem de R\$1.000.000.000,00 nos próximos três anos de governo para a implementação de políticas. Esse recurso de R\$1.000.000.000,00 será somente para políticas de combate à violência contra a mulher no País, nos Estados e nos Municípios. Isso, de fato, é um avanço na luta da mulher pela implementação de políticas públicas, nos conselhos e por uma política no Estado de Minas Gerais.

Queria, então, registrar aqui que esse recurso será destinado, entre várias ações, à construção, à reforma e ao reaparelhamento de mais de 700 serviços especializados no atendimento à mulher, como delegacias e defensorias, capacitação de 50 mil policiais e 120 mil profissionais da educação, além de campanhas educativas, culturais e de prevenção, no combate à violência no País e em todos os Municípios.

Quero deixar aqui mais uma vez um apelo para que em Minas Gerais haja mais recursos no Orçamento de 2008 para as políticas de prevenção à violência e para as políticas públicas destinadas às mulheres. Faço um apelo público em nome da nossa bancada feminina, em nome de toda a Assembléia porque tenho certeza de que os Deputados fazem coro junto a nós para que o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Orlando Adão Carvalho, sensível como é a essa causa, implante, o mais rápido possível, em Minas Gerais, o Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar, começando por Belo Horizonte, mas espalhando-se para as cidades-pólo e para grande parte dos Municípios que têm um alto índice de violência doméstica e contra a mulher em Minas Gerais.

Acredito que a união de todas as forças, o esforço de todas as esferas de governo e, principalmente, a sensibilização da sociedade nos ajudarão a reduzir todo tipo de violência contra a nossa juventude, contra os nossos negros e negras, e, especialmente, contra as nossas mulheres. Que as mulheres tenham mais coragem de denunciar essa violência, porque isso contribuirá efetivamente para sua minimização, contra a impunidade, para termos, de fato, uma sociedade mais livre, igualitária e democrática, sem preconceitos e violência. Muito obrigada.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, imprensa, funcionários da Casa, pessoal que nos assiste das galerias e pela TV Assembléia, minha primeira questão é em relação ao processo da instalação de uma indústria, em Jeceaba, pela Vallourec & Mannesmann. Na semana passada, denunciamos, falamos e cobramos aqui mais agilidade por parte da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na análise e liberação dos licenciamentos. Houve realmente um entendimento da Secretaria e do Copam. É importante e é papel do parlamentar trazer as dificuldades e as necessidades dos grupos de empreendedores ao conhecimento da população, da sociedade e das autoridades competentes. Não cabe à Assembléia executar, mas cabe a nós, Deputados, alertar o Executivo para o cumprimento do seu papel. Para nossa alegria, a Semad e o Copam estão viabilizando, com mais agilidade, os licenciamentos para os procedimentos iniciais da instalação dessa mineração em Jeceaba. Um projeto de US\$1.000.000.000,00 da Vallourec & Mannesmann, que investirá na região de Jeceaba, o que será a redenção, com toda a segurança ambiental. É nosso papel, e vamos fiscalizar isso; é papel da Frente Parlamentar de Defesa e de Amparo ao Meio Ambiente. Gostaria de dizer aos empreendedores das minerações que acompanharemos todo o desenrolar desse processo.

Também quero falar da nossa alegria pelo Governador ter sancionado um projeto de lei deste Deputado, votado por unanimidade nesta Casa. Chamo a atenção das empresas mineradoras principalmente, mas também de todas aquelas que têm empreendimentos de risco para a sociedade, para que as auditorias sejam feitas num prazo mais curto, diminuindo o risco de acidentes ou incidentes, como os de Mirai, de Macacos e de tantos outros em que, por fazerem auditoria num espaço de tempo alongado, às vezes, o risco acontecia, colocando os moradores em situação difícil, alguns até com perda de suas vidas.

Estamos presidindo a Frente Parlamentar da Mineração em Minas Gerais, e não apenas para defender o interesse das mineradoras, mas também da sociedade. E, se necessário, estar contra a ação, se essa for errada ou cometida de maneira que haja necessidade de correção,

para segurança da população, da comunidade, e para desenvolvimento do nosso Estado e das regiões das cidades de Minas Gerais.

Então fica aí essa ponderação e o elogio. Com esse despertar e o nosso chamamento da tribuna, vimos acontecer. Agradecemos à Secretaria, ao Dr. Ilmar Bastos e a toda a sua equipe que está agilizando os processos. Minas Gerais não pode perder esse investimento nem o desenvolvimento para Jeceaba e o seu entorno.

Em segundo lugar, voltarei a falar sobre um assunto abordado, na manhã de hoje, pelo Deputado Carlos Pimenta e outros, em relação à fábrica de biodiesel que está sendo construída em Montes Claros, no Norte de Minas, na nossa região do Centro-Norte. Tenho um certo temor pela maneira como as coisas estão acontecendo com a construção dessa fábrica de biodiesel na região de Montes Claros. Estão sendo investidos R\$75.000.000,00 do governo federal na construção dessa fábrica de biodiesel.

Lembro-me de que uma semelhança não muito agradável aconteceu na região, na minha querida cidade de Curvelo, onde residimos e prestamos serviços como médico e homem público. Na década de 80, ocorreu a mesma coisa. A mesma empresa - a Petrobras - construiu uma fábrica para álcool especial originado da mandioca. Só que não havia matéria-prima. Isso também está ocorrendo em Montes Claros. Está sendo erguida uma fábrica, e a previsão é que seja inaugurada no final do ano. Todavia não há matéria-prima para ela. Isso nos preocupa. Afinal o que aconteceu em Curvelo? A fábrica da Petrobras seria a redenção de Curvelo se tivesse sido feita dentro de um rigoroso e correto planejamento. Mas isso não aconteceu. Não havia matéria-prima. Ela foi mal planejada e nunca funcionou com mais do que 20% da sua capacidade. Qual foi o resultado disso? Faliu. Hoje não há resquício algum da fábrica de álcool tão desejada e propagada, politicamente anunciada e solenemente inaugurada. Sendo mal planejada e executada, sem matéria-prima, foi fadada ao insucesso. Tal semelhança está também sendo prevista para Montes Claros. Não desejo que isso aconteça. Por isso estou aqui alertando, principalmente os colegas do Norte de Minas - aliás, estou para somar com eles. Não somos Deputados de uma cidade nem de uma região, mas sim do Estado. Tudo que interessa a qualquer canto de Minas Gerais interessa a todas as cidades e a todos nós.

Portanto está aí esse exemplo que não é bom, mas serve de alerta para os companheiros de Montes Claros, a fim de que não venha a ocorrer. Tudo se está desenhando politicamente da mesma maneira em que vi isso acontecer muito antes de entrar na política, quando nem pensava em ser Deputado nem Prefeito da minha terra. Depois vivenciei a agonia e a morte da então fábrica - salvadora de Curvelo e região - de álcool a partir da mandioca construída pela Petrobras, sem nenhum "know-how", sem matéria-prima e sem planejamento. É o que está acontecendo agora - guardadas as proporções - em relação ao biodiesel em Montes Claros, sem "know-how", ainda no início, sem um bom planejamento e sem matéria-prima.

O Deputado Doutor Rinaldo (em aparte) - Quero apartear-lo apenas para mandar um abraço a todos os nossos colegas de Minas Gerais pelo dia de amanhã, o Dia do Médico. Muitos colegas estão trabalhando, atendendo aos pacientes do SUS, todos mal-remunerados, pois as consultas estão no valor de R\$3,00. Independentemente do valor, todos desenvolvem um excelente trabalho, com dedicação e fazendo o bem para os que precisam de sua atenção.

Hoje, na Comissão de Saúde, tivemos uma reunião com a Central de Regulação. Tivemos oportunidade de mostrar que há interesse em se fazer um bom trabalho, mas muito ainda precisa ser feito para as pessoas que precisam de atendimento médico, que esperam dois anos nas filas de cirurgia programada.

Há muitos profissionais que, mesmo sabendo dos honorários, da tabela do SUS, que remunera muito mal, desejam trabalhar e operar pelo sistema. Hoje, mesmo quando queremos fazer uma cirurgia pelo SUS, as dificuldades são grandes, Deputado Doutor Viana. Hoje, um profissional não emite uma AIH para uma cirurgia programada. O paciente tem de ir a uma fila do SUS para consegui-la, sem ter um médico indicado. Além disso, a fila não anda.

Então, na véspera do Dia do Médico, quero desejar a todos os meus colegas que estão trabalhando pelo SUS, dedicando-se às pessoas carentes, um feliz Dia do Médico e muitas felicidades. Deixo-lhes aqui o meu abraço. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Doutor Viana - Fui muito bem aparteadado pelo Deputado Doutor Rinaldo. Somos aqui, Deputado, em torno de dez Deputados médicos.

Antes de terminar o meu pronunciamento, era o item seguinte do meu cronograma, parabeno os nossos colegas médicos em todo o Estado de Minas Gerais e em todo o Brasil. Realmente, ser médico é uma missão, muito mais do que uma profissão. Aquele que vai para a medicina tem de tê-la como ideal. Se não for assim, estará fadado ao insucesso, pois as adversidades são muitas, a fiscalização, as exigências e as cobranças são extremamente exorbitantes e exageradas. A culpa não é do médico, mas, como ele está à frente, sempre termina por levá-la, como se fosse, realmente, o culpado por todas as mazelas da saúde deste país, que são agravadas, às vezes, mesmo com a boa intenção. Quando nós, médicos temos boa intenção no que se refere à saúde do povo brasileiro, o governo vem, na contramão, e "arrebenta" com ela.

Está aí o exemplo de Adib Jatene, um extraordinário Ministro, que teve coragem de renunciar por não ver a sua vontade, o seu desejo, não de interesses próprios, atendidos. Sensibilizou o Congresso, a sociedade brasileira para criar a CPMF, exclusivamente para solucionar o problema dos hospitais e da saúde no País num prazo de três a quatro anos. Depois poderia ser, como ele sonhou e desejou, transitória, provisoriamente. Estamos, na verdade, prorrogando por mais quatro anos e, além disso, não está indo praticamente nada para o setor da saúde. É isso o que acontece neste país continental.

É necessário paciência e continuarmos na nossa luta.

Então, parabéns aos médicos. Que Deus e São Lucas abençoem a todos e que nos dêem coragem e saúde para continuarmos trabalhando pelo nosso sofrido povo mineiro e brasileiro.

Eram essas as minhas considerações na tarde de hoje, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, e componentes da Mesa, volto ainda hoje, nesta tribuna, cumprimentando a TV Assembléia, todas as comunidades de Minas Gerais, os Deputados e as Deputadas. Parece-me que hoje é um dia significativo para que se possa discutir sobre a Emenda nº 29, da área da saúde.

Vários Deputados que nos precederam discutiram esse assunto. Amanhã, 18 de outubro, é o Dia do Médico. Em nome de todos os profissionais, parabeno os servidores, os que se dedicam à saúde no Estado de Minas Gerais e no Brasil e os Deputados médicos - temos uma equipe muito importante aqui na Assembléia Legislativa.

A partir dessa comemoração, gostaria de refletir sobre o SUS, que completará 20 anos no próximo ano. Em nosso entendimento, o SUS é um marco para as políticas públicas no País, porque estabeleceu princípios muito importantes de universalidade, gratuidade e controle social. São 190 milhões de pessoas atendidas no País. Em Minas, foram realizados em 2006 mais de 255 milhões de procedimentos ambulatoriais, que vão

desde atendimentos básicos como consultas até os mais complexos como ressonância magnética e quimioterapia, e foram feitas 1.100.000 internações gratuitas. Sabemos que ainda é necessário ampliar o acesso, melhorar o atendimento e a qualidade do serviço, trabalhar efetivamente com a prevenção, além de oferecer condições de trabalho e salários dignos a todos os profissionais da saúde em Minas e no Brasil.

Recentemente, o Ministro Temporão fez uma discussão junto aos governos federal e estadual que repercutiu nos Municípios. Trata-se da criação de fundações estatais, com base numa administração gerida por metas e indicadores. Certamente, essa é uma medida polêmica a ser avaliada pelos gestores da saúde e principalmente por quem trabalha com essa política pública. Com esse modelo, hospitais se transformam em fundações, com metas de desempenho para cada serviço prestado, vinculado diretamente aos recursos que serão recebidos mediante contrato. O mandato dos dirigentes dessas instituições seriam vinculados ao êxito da gestão.

A proposta é muito clara: não é privatizar, como afirmou o Ministro José Gomes Temporão, mas trazer para o Estado inovações de países como a Espanha, a França, o Chile e Portugal, que já experimentaram a profissionalização da gestão, com contratos por produtividade, cobrança de resultados da administração e remuneração pelo bom desempenho. É claro que esse tema precisa ser mais bem discutido por gestores, profissionais da saúde, sindicatos e comunidades.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte)* - Deputada Elisa Costa, estou acompanhando o pronunciamento de V. Exa., que iniciou fazendo referência aos 20 anos do SUS no Brasil. Com muita alegria, parabeno-a pela abordagem desse tema, que é importante, porque o SUS oferece atendimento universal de forma ampla, diferentemente do que vinha ocorrendo no Brasil até 20 anos atrás.

Lembro que a primeira reunião que lançou os estamentos do SUS, quando ainda se chamava Suds, foi histórica e ocorreu na cidade de Montes Claros, quando era meu Secretário Municipal de Saúde o Dr. José Saraiva Felipe, que posteriormente foi Secretário de Estado de Saúde e Ministro da Saúde no governo Lula.

Esse Secretário Municipal de Saúde, Saraiva Felipe, organizou uma reunião com Sérgio Arouca, Hésio Cordeiro e alguns outros sanitaristas do Brasil, em Montes Claros, quando eu era Prefeito, no meu primeiro mandato, em 1986, ocasião em que foi lançado o SUS, uma proposta inovadora e revolucionária para a saúde pública no Brasil.

Hoje podemos fazer críticas ao SUS, mas nenhum de nós pode negar a irreversibilidade do tratamento da atenção à saúde, que atualmente é dada de forma universal no Brasil, sob o comando do Ministério da Saúde. É o Ministro Temporão que dá continuação ao trabalho do ex-Secretário Municipal de Saúde, José Saraiva Felipe, que integrou esse grupo. E hoje o SUS está aí, cumprindo a sua alta finalidade de atenção à saúde de forma global e universal em nosso país.

V. Exa. está de parabéns. Receba meus cumprimentos pela abordagem desse importante assunto.

A Deputada Elisa Costa - Obrigada, Deputado Luiz Tadeu Leite. Dando continuação a esse tema, já que estávamos falando da proposta do Ministro Temporão, do governo Lula, em relação às fundações estatais, gostaria ainda de dizer que o objetivo disso é trazer eficiência para o atendimento e, principalmente, a garantia dos resultados em relação à boa aplicação dos recursos na saúde.

Também me parece oportuno, quanto ao tema da saúde, abordar a importância da regulamentação da Emenda nº 29, que continua tramitando no Congresso Nacional. Trata-se de um debate histórico das conferências de saúde nos Municípios espalhados pelo Estados e também da conferência nacional e de todos os integrantes da Bancada do PT e do PCdoB, enfim, vários partidos políticos, como o próprio PMDB, para que, efetivamente, a Emenda nº 29 deixe, com bastante clareza, a definição dos recursos a serem alocados em saúde pelo governo federal, pelos Estados e pelos Municípios.

O que se debate neste momento é o fato de os recursos do SUS serem direcionados exatamente para a saúde, em respeito aos princípios que norteiam o sistema, e não para outras finalidades, como é prática recorrente em vários Estados e também aqui, no Estado de Minas Gerais, ao se vincularem pagamentos de inativos e até mesmo a área de saneamento à saúde. Essa é uma polêmica que perpassa, aliás, por emendas apresentadas ao projeto no Congresso Nacional. No entanto, está muito claro que, para as questões relacionadas com a saúde, existe a clareza de que o saneamento também faz parte da saúde, mas é preciso definir claramente aquilo que é recurso para a saúde. E hoje existem amplos recursos do governo Lula destinados ao saneamento. Serão R\$40.000.000.000,00 para os próximos anos, recursos esses que também virão para Minas Gerais, para alavancar o saneamento básico, a água, a saúde e outros e minimizar os problemas existentes.

A Emenda nº 29 não pode ser apenas uma discussão sobre repasse de recursos da União para Estados e Municípios, uma vez que também deverá ser considerado como essa legislação será aplicada em nossos Municípios. Além disso, os recursos tem de ser ampliados para a saúde, em nível federal, para um melhor atendimento.

Queremos também registrar e fazer o alerta de que Minas Gerais precisa assumir o compromisso de ter, efetivamente, os 12% de contribuição para a área da saúde, somente com recursos da saúde, em relação à arrecadação.

Em relação ao projeto do orçamento estadual para 2008, o governo de Minas está declarando que vai aplicar 13,99% na saúde, apesar de continuar a incluir os inativos e o saneamento. Então, com a discussão nacional da Emenda nº 29, proponho que o governo de Minas dê o seu exemplo. Pela resolução do Conselho Nacional de Saúde, se formos retirar os inativos e a contribuição da Copasa e do saneamento, esses recursos cairão para 7,5% para o próximo ano.

Isso representará um déficit de R\$861.000.000,00 na saúde em Minas Gerais, somente para o ano de 2008. Os anos anteriores já somam um déficit da ordem de R\$2.000.000,00. A própria Justiça já classificou de inadmissível essa prática do governo de Minas e de outros governos, que, além dos inativos e do recolhimento da Copasa, que é dos consumidores, inclui gastos com precatórios e sentenças judiciais. Há também outras despesas, como Corpo de Bombeiros, com importante participação em Minas Gerais, e o Instituto de Previdência dos Servidores Militares. Mas isso não pode ser alocado como despesa para somar o percentual de 12% na saúde em Minas Gerais. Na nossa avaliação, esses gastos não atendem ao princípio da universalidade estabelecido pelo SUS.

Registro também que o governo federal do Presidente Lula tem-se esforçado, haja vista a presença do Ministro Temporão nos Estados, e em Minas Gerais pela segunda vez, e a elaboração do Plano Nacional de Saúde - PNS -, pactuado na Comissão Intergestora Tripartite e aprovado pelos fóruns de controle social do SUS, com a clara definição de ações, resultados e metas, tendo como referência o ano de 2007. O governo Lula está definindo as prioridades do SUS no PNS, como a redução das desigualdades na saúde, ampliação do acesso com qualificação e humanização da atenção, reforma do modelo de atenção e aprimoramento dos mecanismos de gestão, financiamento e controle social. Entre as iniciativas prioritárias estão ampliação do acesso a medicamentos, qualificação da atenção à saúde, saúde bucal, saúde mental, saúde da mulher, controle da hanseníase e da tuberculose, incremento do sistema de transplantes, implantação do serviço civil profissional em saúde, investimento em saneamento, saúde indígena e monitoramento, avaliação e controle das ações de saúde e dos recursos transferidos a Municípios, Estados e instituições no âmbito do SUS.

Todas essas iniciativas são prioridades e representam avanços, ainda que as heranças do déficit social acumulado por muitos anos e por muitos governos não possam ser enfrentadas todas de uma vez nesses próximos anos. Mas é possível traduzir, em Minas Gerais, alguns avanços em relação ao SUS: em 2002, o governo federal transferiu R\$1.680.000.000,00 para Minas; a partir de 2003, esses recursos chegaram a R\$2.290.000.000,00; em 2007, chegarão a mais de R\$2.000.000.000,00. Há avanço em relação a esses recursos. Na saúde bucal, em 2002, foram destinados R\$56.000.000,00, e em 2005, os recursos já chegam a R\$170.000.000,00.

Portanto, há uma preocupação permanente do governo federal, somado aos interesses de Minas, para que possamos ter uma saúde mais digna em Minas.

Ontem, dia 16, o Ministro Temporão esteve aqui anunciando um aumento de 13,8% nos repasses federais para o SUS.

Em Minas Gerais, os recursos passarão dos R\$2.200.000.000,00, de 2007, para R\$2.500.000.000,00 para o próximo ano, dos quais R\$303.000.000,00 serão destinados à expansão e à qualificação dos serviços de saúde e, principalmente, à ampliação do teto financeiro dos atendimentos de alta e média complexidades.

Queremos, então, parabenizar mais uma vez a todos os que se têm dedicado à prevenção e à saúde em Minas, especialmente aos que trabalham no Sistema Único de Saúde, assim como aos que nele estão sendo atendidos. É verdade que, em Minas Gerais, os recursos do Estado precisam ser ampliados e, principalmente, a Emenda nº 29 tem de ser cumprida.

Minas Gerais e o Rio Grande do Sul são os Estados brasileiros que menos aplicam os recursos da saúde, e eles precisam efetivar a prática da Emenda nº 29. Não basta ter boa-vontade para que a Emenda nº 29 seja definitivamente aplicada no País, para que todos os Municípios apliquem 15% - e a maioria aplica mais: 18%, 20%, e alguns chegam a 30% da sua arrecadação, do seu orçamento -, e os Estados, 12%. Repito que, em termos de percentuais da saúde, Minas e Rio Grande do Sul são os Estados que menos aplicam, como ficou evidente, Deputado Carlin Moura e comunidade mineira, em agosto, quando houve um bloqueio de R\$376.000.000,00 do Fundo de Participação dos Estados, bloqueio este que, em Minas Gerais, foi solicitado pelo Ministério Público Federal em ação civil pública motivada pela não-aplicação dos 12% na saúde. Recentemente, o próprio Ministro Temporão avaliou que Minas Gerais tem de ampliar sua participação no SUS. Sua vinda aqui, mais uma vez contribuindo com Minas Gerais, também nos faz pensar que Minas não pode deixar de contribuir com os 12% na saúde e, mais, que temos de sair dessa posição vergonhosa de, com o Rio Grande Sul, ser os únicos Estados que estão abaixo dos 12% da arrecadação na saúde.

Então parabenizamos todos os profissionais, fazemos esse registro e apelamos ao Estado de Minas Gerais para que tenhamos um melhor atendimento, melhores salários para os profissionais da saúde, melhores condições de trabalho e uma saúde mais digna no Estado. Minas Gerais é hoje o Estado que mais arrecada no País e que mais cresce, especialmente em termos das exportações e da indústria. Por que, então, não contribuir com os 12% para que tenhamos um melhor atendimento? Fazemos um apelo também a todos os Deputados Federais e Senadores de Minas: que aprovem a Emenda nº 29, pois isso vai somar, em todo o sistema - seja nos Municípios, nos governos dos Estados ou no governo federal -, mais R\$40.000.000.000,00 na saúde. Isso vai possibilitar, Deputado Juninho, que, gradativa e efetivamente, reduzam-se impostos como a CPMF, de que 0,20% é hoje dedicado à saúde, num total aproximado de R\$20.000.000.000,00. Isso porque, com esses recursos da Emenda nº 29, que somarão R\$40.000.000.000,00, e a reforma tributária que o Presidente Lula pretende fazer no País, poderemos reduzir os impostos, como a CPMF, e ter uma saúde de qualidade em Minas Gerais. Certamente o governo de Minas também vai-se integrar nessa discussão, para que, com os 12%, também possa contribuir efetivamente para a melhoria da saúde em todo o Estado.

Portanto, parabenizamos todos os profissionais, os médicos, e reivindicamos, em nome da nossa Bancada do PT, que efetivamente Minas Gerais, sendo o Estado que mais arrecada, seja também exemplo daquele que mais contribui para a saúde. Obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, por quem cumprimento todos os Deputados médicos desta Casa e especialmente os trabalhadores da medicina, os médicos de Minas Gerais e do Brasil, categoria fundamental para a defesa da vida e de uma cidadania mais plena. Homenageio todos os médicos pelo seu dia, amanhã, 18 de outubro, que também é o dia do nosso querido evangelista São Lucas, que tão bem representa a categoria médica. Cumprimento também os Deputados, as Deputadas, a imprensa, o público e os nossos queridos telespectadores da TV Assembléia.

Quero felicitar, na pessoa da nossa querida Líder nesta Casa, Deputada Elisa Costa, todas as mulheres batalhadoras e defensoras dos direitos relativos à igualdade entre homens e mulheres, pela passagem de um ano da grande conquista de um marco legal neste país: a Lei Maria da Penha. Sem dúvida, trata-se de um marco fundamental na luta das mulheres pela igualdade de direitos e pelo combate ferrenho à violência, da qual, infelizmente, elas ainda são vítimas no nosso Estado e no País. Esperamos que, em breve, possamos ficar livres desse câncer que abate a nossa sociedade.

Sr. Presidente, há 15 dias, assomei a esta tribuna para abordar, reforçar uma polêmica travada entre o nosso querido Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Governador do Estado de Minas Gerais quanto à concepção da gestão pública. À época, o Presidente Lula mostrou que tinha uma concepção diferente da aplicada em Minas Gerais.

Recentemente, a nossa Ministra da Casa Civil, a grande mineira Dilma Rousseff, numa entrevista ao jornal "Folha de S. Paulo" do dia 5 de outubro, também adentrou nessa importante polêmica. Considero que seja uma polêmica relativa ao debate de concepções, que é fundamental para entendermos o funcionamento da máquina pública e a serviço de quem ela estará.

Segundo a reportagem, a Ministra Dilma Rousseff criticou um dos principais pontos do discurso do PSDB, alegando que não se muda uma gestão com choque e que mudanças como controle de despesas exigem um processo. A Ministra disse: "Só quem não governa acredita em choque de gestão". Complementa: "Com choque se faz uma maquiagem. Alterar gestão é alterar processo. Processo não se altera com choque". Disse a Ministra, ao final recomendando: "Desconfie quando falarem o seguinte: um governo fez ajuste em um ano. Desconfie".

A Ministra, muito sabiamente, adentra nessa polêmica. Ela demonstra, Sr. Presidente, que sabe administrar tão bem este país e que está à frente da concepção do choque de gestão do tucano. E deu, na semana passada, exemplo maior no processo de concessão das estradas federais para a cobrança de pedágio. A mudança de concepção do processo dessa concessão foi tão interessante que mereceu artigo do grande articulista Elio Gaspari, um dos maiores jornalistas deste país e que tem sempre uma visão muito crítica do governo Lula. No último artigo publicado, no domingo, 14 de outubro, Elio Gaspari traz, de forma pedagógica e brilhante, essa questão relacionada aos pedágios, cujo título é: "Dilma detonou a privatária dos pedágios": "Na tarde de terça-feira, concluiu-se, no salão da Bolsa de São Paulo, um bonito episódio de competência administrativa e de triunfo das regras do capitalismo sobre os interesses da privatária e dos contubérnios incestuosos de burocratas". Como essa palavra é muito difícil, traduzirei a expressão "contubérnios incestuosos de burocratas". Contubérnio é a relação de concubinato, de amantes, do amante, do amante, do mancebo. Já incesto é a relação sexual entre parentes. Então a expressão "privatária e contubérnios incestuosos de burocratas" representa os burocratas capitalistas que fazem entre si um verdadeiro incesto com o dinheiro público.

E continua o jornalista: "Depois de 10 anos de idas e vindas, o governo federal leiloou as concessões de sete estradas, 2.600km. Para se ter uma medida do tamanho do êxito, um percurso que custaria R\$10,00, de acordo com as planilhas dos anos 90, saiu por R\$2,70. No ano que vem, quando a empresa espanhola OHL começar a cobrar pedágio na Rodovia Fernão Dias, que liga Belo Horizonte a São Paulo, cada 100km rodados custarão R\$1,42. Se o cidadão quiser viajar em direção ao passado, tomará a Rodovia Dutra, pagando R\$7,58 pelos mesmos 100km. Caso vá a Santos, serão R\$13,10. Não haverá, no mundo, disparidade semelhante. Se essa não foi a maior demonstração de competência do governo do nosso guia," - na palavra do jornalista, o nosso guia é o Presidente Lula - "certamente será lembrada como uma das maiores. A sua história mostra que o Estado brasileiro tem meios para defender a patuléia, desde que esteja interessado nisso." Traduzirei novamente a expressão "meios para defender a patuléia". Patuléia quer dizer povo, plebe, povo sofrido. Então a sua história tem meios para defender o povo, desde que esteja interessado nisso. "Mostra também que se deve tomar enorme cuidado com o discurso da modernidade de um bom pedaço do empresariado. Nele não se vende gato por lebre. É gato por gato mesmo.

O lote das sete rodovias entrou no programa de desestatização do tucanato em 1997. Desde então, desenhavam-se editais restringindo a disputa a empresas de engenharia nacionais.

No final de 2002, após uma trombada com o Tribunal de Contas da União, o caso foi para a mesa de Fernando Henrique Cardoso. O 'monarca' desconfiou da imprensa e deixou o assunto para o novo governo. Em 2003, o Ministro dos Transportes Anderson Adauto armou outra concorrência - nova trombada com o Tribunal de Contas da União. Alguns preços baseavam-se em custos do mercado paulista, o mais caro do País. O Tribunal determinou que o Ministério largasse o osso entregando-o à Agência Nacional de Transportes Terrestres. Ela achou R\$300.000.000,00 de gordura nas planilhas, 'y otras cosas mas'.

Em meados de 2005, o governo quebrou a cláusula da reserva de mercado para empresas nacionais. Anunciou um leilão, aberto a quaisquer interessados. Além disso, chegou a xerife. A Ministra Dilma Rousseff, a Agência Nacional de Transporte Terrestre e o Tribunal de Contas discutiram o projeto, e conseguiu-se uma redução de 56% no preço estimado para os pedágios. A taxa de retomo dos concessionários, que inicialmente era de 18% anuais, caiu para 13%. Dilma queria, no máximo, um retorno de 9%. Argumentava que as empresas estavam lucrando algo em torno de 25% ao ano. Em janeiro passado, o leilão das concessões foi suspenso.

O 'Financial Times' viu na iniciativa um viés de inépcia, talvez estatizante, 'a la Hugo Chávez'. Confundiu-se deliberadamente adiamento com cancelamento. Vale lembrar a gritaria: 'Retrocesso. Se isso - o fim do leilão - acontecer, os recursos internos e externos serão aplicados em outros países. (...) Se há distorções, elas têm de ser corrigidas, mas com base em avaliações técnicas, não ideológicas' - essas são palavras de Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base, a Abdib. 'O Brasil corre o risco de ficar na contramão dos Estados Unidos, Europa, Chile e México' - palavras de Renato Vale, Presidente da CCR, concessionária de 1.400km de estradas brasileiras. 'É um equívoco, porque o Brasil não tem capacidade de investimento' - diz o nosso tucano de plumagem alta Geraldo Alckmin".

O Deputado André Quintão (em aparte) - Não serão mais umas aspas, não, mas um aparte. Queria cumprimentá-lo pelo excelente pronunciamento. Ontem, estava inscrito no artigo de Liderança para tratar desse assunto, mas, em razão da polêmica instalada no Plenário e do prolongamento da reunião ordinária, isso não foi possível.

Entre outras coisas, esse episódio revela que o governo Lula faz uma excelente gestão. Muitos segmentos conservadores que buscam atacar o governo Lula e tachá-lo como governo que promove o inchaço do aparelho estatal, confundindo fortalecimento do Estado com empreguismo, tiveram um exemplo claro de como uma participação responsável do poder público beneficia o cidadão.

Houve uma análise acurada, cuidadosa. Ouviram-se vários segmentos. Não foi tomada nenhuma decisão precipitada. Essa relação do público com o privado às vezes é muito confusa no Brasil - muitas vezes, o privado é braço auxiliar do Poder Executivo, e o Poder Executivo, caixa de ressonância de direito privado. Em alguns Estados essa relação é muito nítida, não conseguimos identificar bem o que é uma entidade empresarial, uma secretaria de Estado ou um governante.

E o governo Lula colocou essa situação às claras. Tomou uma decisão política e administrativa a favor de um formato de concessão, baseada em uma leitura de conjuntura internacional, de realidade macroeconômica, e o resultado está aí: uma diferença pró-usuário e pró-cidadão das estradas, incomparável ao modelo adotado pelo governo Fernando Henrique. Aqui faço um registro elogioso ao Governador Aécio Neves, que admitiu que irá seguir o "modelo Lula" ao tratar das estradas estaduais.

Acho até, num contraponto ao modelo paulista, que faz com que um pedágio seja cinco, seis vezes maior. Acho que o governo Aécio está certo, vai seguir o exemplo do governo Lula, o exemplo de gestão da política de concessão do governo Lula.

Ninguém pode querer apropriar-se ou se auto-intitular como aquele que tem o dom da boa gestão. A gestão é uma construção dos níveis de governo, das experiências de governo. Às vezes um próprio governo tem um bom exemplo de boa gestão ou de uma gestão às vezes não tão eficaz. Isso vale para a área federal, vale para Minas Gerais. Existem áreas em Minas que funcionam, umas melhor, outras pior. Assim também é no governo federal.

Mas uma coisa ficou clara nesse episódio, o governo Lula não é correia de transmissão das elites brasileiras, ele olha o público, ele olha o interesse da maioria. Aí mostramos que nessa relação do público com o privado, quando prevalece a égide do interesse público, ela é benéfica para a maioria da população.

Parabéns, Deputado, pelo seu pronunciamento. Esta Casa hoje deveria estar com o quórum muito alto para ouvir alto e bom som: o governo Lula deu um "show" de gestão.

O Deputado Carlin Moura* - Agradeço as palavras do Deputado André Quintão. O governo Lula olha a patuléia, o povo, a plebe, o povo sofrido. E o exemplo está nos números, não é, Deputado André Quintão? Em São Paulo, no governo tucano, 100km variam de R\$10,00 a R\$13,00. Pelo modelo do Presidente Lula: R\$1,42. Por isso vai sobrar dinheiro, R\$1.400.000.000,00 para duplicar a rodovia.

O Deputado André Quintão (em aparte) - Foram quase R\$1,99. Um pouquinho mais baixo, seria a concessão do R\$1,99. Lá, dos tucanos, é R\$13,00, número até do PT, 12, 10, é muito alto.

O Deputado Carlin Moura* - Por isso vão sobrar R\$1.400.000.000,00 para duplicar a Rodovia Fernão Dias, de Belo Horizonte a Valadares, um dos projetos de engenharia mais modernos que eu já vi, Deputado André Quintão. Teremos oportunidade, depois, de mostrá-lo a todo o povo de Minas Gerais. Essa estrada de Belo Horizonte até Governador Valadares será um paraíso, com túneis, pontes, com pistas duplas, será um negócio maravilhoso.

Continuando a leitura do artigo do Elio Gaspari: "Não havia equívoco, não se corria risco, nem havia ideologia no lance. O governo cansou de explicar que não estava cancelando coisa alguma. Disse aos empresários, e eles entenderam, que pretendia apenas discutir a relação. Diante de números que encolheram à metade a partir das avaliações técnicas, sentira-se o cheiro de queimado. Não adiantava, a sabedoria

convencional ensina que, se o governo de Nosso Guia [Lula] não cumpre as agendas das empreiteiras, isso reflete más intenções ou preconceitos esquerdistas que afugentam capitais e travam o progresso.

Durante oito meses, uma força-tarefa da Casa Civil e da ANTT trabalharam no caso. A ministra [Dilma] lembrava que os juros tinham baixado e a economia brasileira de 2007 não era a de 2002. Murmurava-se que o projeto era inviável, sonho de guerrilheira, pois não apareceriam candidatos.

Na terça-feira, quando o leilão começou, havia 30 empresas na disputa. Três horas depois, os sete lotes de estradas estavam vendidos. Nenhum dos clientes tradicionais conseguiu emplacar sua oferta, e o grupo espanhol OHL ganhou os cinco trechos que disputou, tornando-se o maior concessionário de estradas do País, com 3.225 km. Quando ele arrematou a Fernão Dias, oferecendo um pedágio de R\$1,42 para cada 100km, houve espanto no salão. A ANTT fixara um teto de R\$4,00, a segunda colocada pedira R\$2,21, e as demais, em torno de R\$3,57. Os cavaleiros do Apocalipse micaram, triturados pela lógica da competição internacional.

Esse resultado só aconteceu porque o governo não se deixou encurralar pelo alarmismo. Trocou a mão invisível de Brasília pela de Adam Smith.

Fica agora o tucanato paulista numa enrascada. Tem no colo um pacote de cinco leilões de rodovias estaduais num modelo que produziu os pedágios mais caros do País. Isso deriva de um conjunto de fatores. Um deles é o de se exigir dos concessionários um pagamento chamado de outorga. A empresa explora a rodovia, mas adianta um prêmio ao erário, em obras ou em dinheiro. Lula seguiu a escrita de FHC, que não cobrou esse tipo de dote nas concessões da ponte Rio-Niterói e da Dutra. Será difícil provar que ambos fizeram besteira.", segundo o artigo do nosso querido jornalista Elio Gaspari.

É sempre muito bom, Sr. Presidente, ver coisas de alto nível, e é importante reproduzirmos isso para o povo de Minas Gerais. Na oportunidade, solicito a V. Exa. que faça registrar, nos anais desta Casa, o artigo, que acabo de ler desta tribuna, do grande articulista e jornalista Elio Gaspari. Quero concluir que devemos sempre governar com o povo, com ética, com transparência, valorizando aquilo de que o povo mais precisa: saúde, educação, transporte e valorização dos nossos servidores públicos, que é o que mantém este Estado de pé.

Para concluir, gostaria de esclarecer que, ontem, votei favoravelmente às designadas da educação do Estado de Minas Gerais. Estarei aqui cobrando do governo do Estado a criação de um fundo específico para garantir os benefícios dessas aposentadas ou futuras aposentadas. Isso porque Minas Gerais não pode fazer demagogia com essas trabalhadoras e aprovar uma lei que corre o risco de ser derrubada no Supremo e, então, prejudicar novamente nossas serviços e designadas da educação. É preciso governar com responsabilidade, coerência e transparência. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

matéria administrativa

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 22/10/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr

exonerando, a partir de 23/10/07, Sílvio Josafá Lopes do cargo de Motorista, padrão VL-26, 4 horas;

nomeando Paulo Roberto Fagundes para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 4 horas.

Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira

exonerando José Quirino de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Rogério José Reis de Moraes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete da Deputada Rosângela Reis

exonerando Maria Amélia Beltrame Fonseca do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

exonerando Rildo Bastos Machado do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

nomeando Celeneh Ribeiro de Deus Pinheiro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

nomeando Maria Amélia Beltrame Fonseca para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

nomeando Rildo Bastos Machado para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 23/10/07, Fausto Mesquita Ximenes do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Ana Maria Ferreira para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2007

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2007

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 8/11/2007, às 14h30min, pregão presencial, do tipo menor preço global, tendo como finalidade a aquisição de assinaturas dos jornais "Diário Oficial da União" e "Diário da Justiça da República Federativa do Brasil".

O edital encontra-se à disposição dos interessados no "site" www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79 (Ed. Tiradentes), 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 23 de outubro de 2007.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Mutum. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso de estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 24 meses a partir de 16/4/2007. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.